

A CERÂMICA NO SEU CONTEXTO / POTTERY WITHIN ITS CONTEXT

POSTER

Vanessa Filipe e Clementino Amaro

Castelo de Torres Vedras – Contributos da Arqueologia. Testemunho de um contexto medieval cristão

O morro do castelo de Torres Vedras destaca-se na fértil várzea serpenteada pelo rio Sizandro, facultando este o acesso à costa atlântica. Cedo terá servido como local de observação e de defesa.

Após um conjunto de campanhas arqueológicas realizadas entre 1983 e 2003, antecedidas pela paulatina recolha de peças (com destaque para uma lápide funerária romana) efectuada por Leonel Trindade no decurso de vários acompanhamentos de obra, são já consistentes os indícios do morro ter sido ocupado de forma permanente a partir da segunda metade do século II a.C.

De entre os vestígios já registados, do período republicano, encontram-se alguns exemplares de cerâmica campaniense, asa de ânfora vinária itálica e um numisma, materiais que, na esteira das legiões, os comerciantes transportam a partir da Península Itálica.

Aqui se terá instalado uma pequena guarnição militar que levantou, presume-se, as primeiras muralhas.

O sítio do castelo ter-se-á constituído assim, num *oppidum*, sobranceiro ao povoado, identificável com *Chretina* (segundo proposta de Vasco Mantas), do qual foram identificados os primeiros vestígios nos últimos anos.

A designação de *Turres Veteras*, donde deriva o actual nome da urbe, sugere a sua origem no permanente papel de sítio de vigilância e de controlo no acesso à *Olisipo* romana, papel que perdura até às invasões francesas.

Os muçulmanos marcam para sempre esta colina como estrutura defensiva, (com o reforço das muralhas preexistentes), bem como centro administrativo e religioso.

Os cristãos, vindos do Norte, e com o auxílio de frotas de cruzados a caminho da Terra Santa, conquistam este território, provavelmente em 1148. Reformam a mesquita árabe em templo cristão, de invocação a Santa Maria.

No entanto o território de Torres Vedras estaria ainda exposto a ataques por parte de corpos de tropas almóadas no decurso das suas expedições e cerco a Santarém na década de oitenta e noventa do século XII.

Em redor da igreja românica, para além da necrópole, vai perdurar um núcleo residencial dentro do recinto amuralhado. Para lá deste espaço, ainda hoje razoavelmente preservado, desenvolve-se o arrabalde. Este tem um crescimento mais acentuado a partir de meados do século XIII, com a estabilidade política do reino e a continuada atracção de novos povoadores. Em contrapartida, o bairro intramuros, ocupado essencialmente pelo grupo militar e administrativo e pela colegiada de Santa Maria, está em franca decadência.

Os trabalhos arqueológicos testemunham, em parte, esta fase de progressivo despovoamento, nomeadamente da área compreendida entre a igreja e a muralha.

O abandono gradual do bairro do castelo, secundado por vários surtos de peste a partir de 1348 e pelos conflitos militares em Torres Vedras, resultantes da guerra entre Castela e Portugal (1383-85), faz com que o cemitério em redor da Igreja de Santa Maria do Castelo se vá gradualmente sobrepondo à antiga área residencial, ao ponto de ocupar uma vasta área até junto às muralhas sul e oeste, chegando-se a registar níveis de enterramentos sobrepostos.

O testemunho do prolongamento da necrópole até à muralha oeste aconteceu na sequência da reconstrução de um troço da mesma por parte da então DGEMN em Outubro de 1984. Foi no decurso duma acção de salvamento, em plena fase de obra, que foi exumado o significativo conjunto cerâmico de cariz islâmico e que adiante será abordado e globalmente caracterizado.

Os enterramentos (identificados cerca de setenta) limitam-se, em muitos casos, a simples fossas. Os defuntos seriam depositados na sepultura envoltos num sudário e despojados dos seus bens, à semelhança de cemitérios identificados em Londres, do período da peste. Outras sepulturas são feitas com pedra solta e cobertas por lajes irregulares. Existem dois exemplares de sepulturas antropomórficas, sendo usada na sua construção pedra parcialmente aparelhada e unida por argamassa. O cemitério organiza-se em socalco, para vencer o declive do terreno.

Da diversa cerâmica recolhida na área da necrópole, grande parte dela corresponde a recipientes de cerâmica, com destaque para bilhas, potes, jarros e púcaros, que se enquadram, cronologicamente, entre a segunda metade do século XII e o século XV.

As actividades lúdicas estão representadas pela descoberta de um tabuleiro gravado numa pedra lajeada e destinado a algo semelhante ao *jogo do moinho*. Neste contexto foram recolhidas cerca de duas centenas de “peças de tabuleiro”, “marcas de jogo” e dados em osso.

Após o Terramoto de 1755, acontecimento que afectou grande parte da estrutura militar, vai ainda ser integrado nas Linhas de Torres em 1809, como um dos redutos avançados. Por fim, em 1846, durante a Batalha de Torres Vedras, deu-se a explosão do paiol arruinando séria e definitivamente a fortificação.

Os trabalhos arqueológicos decorreram a partir de uma parceria entre o Município de Torres Vedras – Museu Municipal, o então IPPC/IPPAR, a associação local de defesa de património (ADDPCTV) e o Espeleio Clube de Torres Vedras, para além da participação de vários voluntários e estudantes.

Foi precisamente elementos da associação de defesa de património que, após se ter finalizado a segunda campanha arqueológica em Setembro de 1984, apercebendo-se das obras de reconstrução da muralha oeste, procedeu a um registo sumário dos contextos em presença, bem como à recolha de espólio. O troço intervencionado, com cerca de 15m de comprimento, corresponde a um cotovelo da muralha fronteiro à escadaria de acesso à Igreja de Santa Maria.

No decurso da remoção de terras, com retroescavadora, para a construção de um paredão em cimento armado para sustentação da base da muralha, foi apenas viável proceder ao desenho sumário do perfil, (com cerca de 8m de comprimento por 5m de altura) devido aos constantes derrubes do mesmo em consequência da chuva intensa.

Apesar desta realidade ter provocado alguma contaminação entre as camadas, no entanto foi perceptível a presença de três momentos distintos. Na base identificou-se um contexto

romano, a partir do período republicano (numisma integrável no século II a.C.). Sobre este desenvolvia-se um contexto islâmico e da fase de transição. Num terceiro momento encontra-se um conjunto de enterramentos associados a manchas de fogueiras e presença de cerâmica e restos de animais, associação que tem paralelo na área da necrópole já intervencionada.

Esta comunicação tem como objectivo apresentar o estudo do material cerâmico recolhido nos contextos arqueológicos atribuídos cronologicamente ao século XII e XIII, dando luz ao período denominado de “transição”.

No que concerne ao conjunto do espólio cerâmico analisado iremos discernir sobre os aspectos tecnológicos e morfo-tipológicos que demonstram os múltiplos condicionalismos económicos e sociais consequentes de uma conjuntura de guerra. Procuraremos também ilustrar algumas inferências no que diz respeito ao estudo da ocupação do Castelo de Torres Vedras chegando a conclusões de ordem sócio-cultural e económica.